
PROVAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Relatório 2023



FICHA TÉCNICA

Título

Provas de Avaliação Externa - Relatório Global 2023

Programa II Controlo - Atividade II.2

Autoria

Inspeção-Geral da Educação e Ciência

Elaboração: Ana Costa Pinto e Pedro Valadares

Edição

Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC)

Av. 24 de Julho, 136. 1350-346 LISBOA

Tel.: 213 924 800 | Fax: 213 924 960

e-mail: igec@igec.mec.pt URL: www.igec.mec.pt

Data

Dezembro de 2023

Homologado pelo Ministro da Educação,
João Costa, por despacho de 04 de
março de 2024



SUMÁRIO EXECUTIVO

O plano de atividades da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) de 2023 prevê uma atividade, integrada no programa Controlo, cujo objeto é a aplicação, por parte das escolas, das provas de avaliação externa dos alunos, denominada **II.2 - Provas de Avaliação Externa (PAE)**.

No presente relatório global da atividade PAE a IGEC torna público o resultado do controlo decorrente de 55 intervenções inspetivas realizadas, em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas do ensino público e em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, em momentos de aplicação de provas de aferição (11 intervenções) e provas finais do ensino básico e ou exames finais nacionais (44 intervenções).

No presente ano letivo, a atividade incidiu sobre a aplicação das provas de aferição, das provas finais do ensino básico e dos exames finais nacionais do ensino secundário em 40 escolas públicas e em 15 estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

No sentido de contribuir para que na avaliação externa das aprendizagens se garantam as condições de equidade e de confidencialidade exigíveis, a atividade PAE prosseguiu o seguinte objetivo:

- ✓ *Verificar a conformidade legal dos procedimentos realizados pelas escolas para efeitos de aplicação das provas de avaliação externa.*

Na seleção das escolas intervencionadas foi dada prioridade às escolas que há mais tempo não eram intervencionadas no âmbito desta atividade.

Para avaliação da atividade foram elaborados dois questionários: um destinado às escolas objeto de intervenções PAE 2023, com uma taxa de resposta de 70,91%; e outro destinado aos inspetores que realizaram as intervenções, que teve uma taxa de resposta de 51,72%.

O presente relatório está organizado em sete capítulos. Nos capítulos iniciais apresentam-se os objetivos, a metodologia e os aspetos organizativos da atividade. Os quarto e quinto capítulos apresentam, respetivamente, os resultados da ação de controlo nas escolas intervencionadas no âmbito das provas de aferição e no âmbito das provas finais do ensino básico e exames finais nacionais do ensino secundário; o sexto capítulo integra a avaliação da atividade, realizada pelas escolas intervencionadas e pelos inspetores; no sétimo capítulo registam-se as principais conclusões.

Como anexo a este relatório apresentam-se as listas de escolas (públicas e privadas) intervencionadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DA ATIVIDADE	8
3. METODOLOGIA DA ATIVIDADE	9
3.1 SELEÇÃO DAS ESCOLAS A INTERVENCIAR	9
3.2 METODOLOGIA	9
3.3 INSTRUMENTO DE REGISTO DA ATIVIDADE - GUIÕES	10
3.4 INFORMAÇÃO ÀS ESCOLAS	11
4. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE - PROVAS DE AFERIÇÃO	12
4.1 INTERVENÇÕES REALIZADAS	12
4.2 RECURSOS HUMANOS	12
4.3 IRREGULARIDADES ASSINALADAS	12
4.4 FICHA SÍNTESE	18
4.5 AUDIÊNCIA PRÉVIA	18
5. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE PROVAS FINAIS DO ENSINO BÁSICO E EXAMES FINAIS NACIONAIS	19
5.1 INTERVENÇÕES REALIZADAS	19
5.2 RECURSOS HUMANOS	20
5.3 IRREGULARIDADES ASSINALADAS	20
5.4 FICHA SÍNTESE	27
5.5 AUDIÊNCIA PRÉVIA	27
6. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE	28
6.1 AVALIAÇÃO FEITA PELAS ESCOLAS OBJETO DE INTERVENÇÕES PAE 2023	28
6.2 AVALIAÇÃO FEITA PELOS INSPETORES QUE REALIZARAM INTERVENÇÕES PAE 2023	29
7. CONCLUSÕES	30
8. ENQUADRAMENTO NORMATIVO	33
8.1 LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	33
8.2 NORMAS, GUIÕES, INFORMAÇÕES, CIRCULARES E COMUNICAÇÕES DO JÚRI NACIONAL DE EXAMES, DA DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E DO INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I. P.	34
ANEXO - LISTA DE ESCOLAS INTERVENCIADAS	36

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADRO 1 - NÚMERO DE INTERVENÇÕES, POR ÁREA TERRITORIAL E POR NATUREZA DA ESCOLA	12
QUADRO 2 - NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR PROVA.....	12
QUADRO 3 - NÚMERO DE REGISTOS, POR NATUREZA DA ESCOLA	13
QUADRO 4 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR ÁREA TEMÁTICA	13
QUADRO 5 - IRREGULARIDADES	14
QUADRO 6 - NÚMERO DE INTERVENÇÕES, POR ÁREA TERRITORIAL E POR NATUREZA DA ESCOLA	19
QUADRO 7 - NÚMERO DE OBSERVAÇÕES, POR DATA E POR PROVA	19
QUADRO 8 - NÚMERO DE REGISTOS, POR NATUREZA DA ESCOLA	20
QUADRO 9 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR ÁREA TEMÁTICA	20
QUADRO 10 - IRREGULARIDADES	21
QUADRO 11 - AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE - RESPOSTAS DAS ESCOLAS	28
QUADRO 12 - AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE - RESPOSTAS DOS INSPETORES	29

SIGLAS E ABREVIATURAS

CPA	CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
DEB	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DGEBS	DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
DGEPC	DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO
DRELV	DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
DREN	DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE
EMEC	EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ENES	PROGRAMA INFORMÁTICO DE APOIO À AVALIAÇÃO EXTERNA - EXAMES FINAIS NACIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO
IAVE, I. P.	INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I. P.
IGEC	INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
IGEP	INSPEÇÃO GERAL DO ENSINO PARTICULAR
ISEP	INSPEÇÃO SUPERIOR DO ENSINO PARTICULAR
JNE	JÚRI NACIONAL DE EXAMES
MACS	MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS
MEN	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
PAE	PROVAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA
PAEB	PROGRAMA INFORMÁTICO DE APOIO À AVALIAÇÃO EXTERNA - PROVAS DE AFERIÇÃO
PFEB	PROGRAMA INFORMÁTICO DE APOIO À AVALIAÇÃO EXTERNA - PROVAS FINAIS DO ENSINO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se à execução, em 2023, da atividade II.2 - PAE, do programa Controlo do plano de atividades da IGEC, correspondendo ao controlo das provas de avaliação externa da responsabilidade dos serviços ou organismos do Ministério da Educação do ano letivo 2022-2023.

O diploma enquadrador da avaliação é o [Decreto-Lei n.º 55/2018](#), de 6 de julho, retificado pela [Declaração de Retificação n.º 29-A/2018](#), de 4 de setembro, e alterado pelo [Decreto-Lei n.º 70/2021](#), de 23 de agosto, cuja alínea *b*) do seu n.º 2 determina que a avaliação externa da responsabilidade dos serviços do Ministério da Educação compreende¹:

- i. Provas de aferição;
- ii. Provas finais do ensino básico;
- iii. Exames finais nacionais.

As provas de aferição, de aplicação universal e obrigatória², destinam-se aos alunos dos 2.º, 5.º e 8.º anos do ensino básico e visam aferir o desenvolvimento do currículo no ensino básico e facultar informação regular à administração educativa, às escolas, aos alunos e aos encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens.

As provas finais do ensino básico complementam o processo da avaliação sumativa interna, sendo os seus resultados considerados para o cálculo da classificação final da correspondente disciplina.

Quanto aos exames finais nacionais do ensino secundário, o [Decreto-Lei n.º 22/2023](#), de 3 de abril veio estabelecer, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos e acesso ao ensino superior:

- Para efeitos de avaliação, aprovação de disciplinas e conclusão do ensino secundário, incluindo disciplinas em que haja lugar à realização de exames finais nacionais, é apenas considerada a avaliação interna.
- Os alunos realizam exames finais nacionais apenas nas disciplinas que elejam como provas de ingresso no ensino superior, sendo ainda permitida a realização de exames finais nacionais para efeitos de melhoria da classificação obtida em prova de ingresso já realizada e/ou da classificação final da disciplina, apenas para efeitos de acesso ao ensino superior.
- Os alunos autopropostos, incluindo os que se encontram no regime de ensino individual ou de ensino doméstico, realizam provas de equivalência à frequência, as quais são substituídas por exames finais nacionais nas disciplinas em que haja essa oferta.
- Nos casos em que se encontre prevista a realização de exames finais nacionais apenas para apuramento da classificação final do curso para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior, os alunos ficam dispensados da sua realização.

¹ O artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, na alínea *a*) do n.º 2, prevê, ainda, como provas de avaliação externa, as provas de aptidão artística e as provas de aptidão profissional.

² Constituem exceção a esta obrigatoriedade os alunos do ensino individual e os alunos do ensino doméstico. Contudo, estes alunos podem realizar as provas de aferição, mediante requerimento do encarregado de educação dirigido ao diretor da escola onde se encontram matriculados (n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento).

2. CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DA ATIVIDADE

No sentido de contribuir para que na avaliação externa das aprendizagens se garantam as condições de equidade e de confidencialidade exigíveis, a atividade PAE 2023 prosseguiu o seguinte objetivo:

- Verificar a conformidade legal dos procedimentos realizados pelas escolas para efeitos de aplicação das provas de avaliação externa.

Em termos de enquadramento normativo são particularmente relevantes para esta atividade:

- O Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo 2022-2023 (Regulamento), aprovado pelo [Despacho Normativo n.º 4-B/2023](#), de 3 de abril, retificado pela [Declaração de Retificação n.º 419/2023](#), de 2 de junho;
- O *Guia para a Realização das Provas de Aferição - 2023*;
- A *Norma 02/JNE/2023 - Instruções para realização, classificação, reapreciação, reclamação: provas e exames do ensino básico e ensino secundário*.

A atividade inspetiva desenvolveu-se em escolas públicas e em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (adiante designados por escolas públicas e escolas privadas ou, genericamente, por escolas).

Globalmente foram realizadas 55 intervenções, o que corresponde a 110,00% das intervenções previstas no plano de atividades da IGEC³. Destas 55 intervenções, 15 (27,27%) foram realizadas em escolas privadas, e 40 (72,73%) em escolas públicas.

As designações dos órgãos de direção, administração e gestão das escolas usadas ao longo deste relatório são, em regra, as aplicáveis nas escolas públicas. No entanto, de acordo com o previsto no n.º 5 do Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril, no caso dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo essas designações devem entender-se como as correspondentes aos órgãos e ou estruturas com competência equivalente.

³ As cinco intervenções (três das quais na mesma escola) não inicialmente previstas, todas incidindo sobre a aplicação de exames finais nacionais, resultaram de queixas recebidas nesta Inspeção-Geral.

3. METODOLOGIA DA ATIVIDADE

A preparação da atividade incluiu a análise de documentos, a elaboração dos instrumentos de trabalho, a realização de reuniões envolvendo a equipa de coordenação, os interlocutores regionais da atividade nas áreas territoriais de inspeção e os inspetores que iriam realizar as intervenções, e a seleção das escolas a intervencionar.

3.1 Seleção das escolas a intervencionar

A seleção de escolas a intervencionar abarcou escolas públicas e escolas privadas (estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e escolas profissionais privadas) e competiu às áreas territoriais de inspeção, devendo ser dada prioridade a escolas que há mais tempo não são intervencionadas no âmbito desta atividade. A percentagem de referência de escolas privadas a intervencionar teve em conta a percentagem nacional desses estabelecimentos de ensino (cerca de 25%).

As intervenções no período de aplicação das provas de aferição focaram-se nas provas escritas (à exceção da prova escrita de Tecnologias da Informação e Comunicação). A *Componente de Observação e Comunicação Científicas* da prova de Ciências Naturais e Físico-Química foi apenas objeto de uma intervenção de pré-teste dos instrumentos da atividade.

Em regra, cada escola foi objeto de uma única intervenção PAE 2023 e cada intervenção visou uma única escola, mesmo quando esta integra um agrupamento.

3.2 Metodologia

As intervenções foram realizadas por um inspetor e tiveram a duração de um período de aplicação de provas, isto é, a duração de cada intervenção correspondeu à duração do processo de aplicação de uma prova, desde os preparativos feitos pelo secretariado de exames e pelos professores aplicadores ou vigilantes antes do início da prova até às tarefas finais a realizar pelo secretariado de exames, incluindo o processo de anonimização das provas.

Dada a sua natureza, as intervenções não foram previamente comunicadas às escolas.

Constituíram instrumentos da atividade:

- a) o roteiro;
- b) os guiões⁴;
- c) as fichas sínteses³;
- d) o questionário de satisfação para as escolas;
- e) o questionário de satisfação para os inspetores.

⁴ Um/a para as provas de aferição (às quais se aplica o *Guia para a Realização das Provas de Aferição - 2023*) e um/a para as provas finais do ensino básico e os exames finais nacionais (aos quais se aplica a *Norma 02/JNE/2023 - Instruções para realização, classificação, reapreciação, reclamação: provas e exames do ensino básico e ensino secundário*).

Nas intervenções foram realizados, por parte dos inspetores, os seguintes procedimentos:

- Apresentação ao diretor e ao coordenador do secretariado de exames;
- Apreciação *in situ* do desempenho de funções das diferentes estruturas e intervenientes, nomeadamente: secretariado de exames, professores vigilantes e professores coadjuvantes;
- Sinalização e proposta de correção imediata de irregularidades, diretamente ou através do secretariado de exames ou do diretor;
- Preenchimento do guião da intervenção;
- Finalização da intervenção com uma breve reunião com o diretor e o coordenador do secretariado de exames, fazendo uma síntese⁵ dos aspetos a destacar e dos aspetos a corrigir.

3.3 Instrumento de registo da atividade - guiões

Os guiões da atividade são compostos por diversos itens, abrangendo as seguintes áreas:

- Identificação
- Tarefas prévias à aplicação das provas
- Aplicação das provas
- Tarefas posteriores à aplicação das provas.

O preenchimento do guião teve em consideração os seguintes aspetos:

- ✓ A cada escola visitada e por cada dia foi preenchido um guião, quaisquer que fossem o número e a tipologia de provas nesse dia aplicadas.
- ✓ A designação da escola corresponde, no caso do ensino público, à constante da Portaria n.º 303/2022, de 22 de novembro, e, no caso do ensino privado, à constante da respetiva autorização de funcionamento.
- ✓ Alguns itens ou conjuntos de itens deveriam ser preenchidos em relação a um único local de aplicação de provas. Os restantes itens destinam-se a serem preenchidos de forma global, o que significa que só foram assinalados com SIM quando em todas as observações se confirmou o seu cumprimento.
- ✓ Sempre que era possível - e desejável - a imediata correção de alguma irregularidade, a resposta ao item correspondente assinalava se tal correção ocorrera sem que tivessem sido postas em causa a fiabilidade e a equidade do processo.

No final das intervenções os conteúdos dos guiões foram analisados pelos respetivos interlocutores.

⁵ Sendo de salvaguardar o caráter necessariamente provisório desta síntese, uma vez que outras questões poderiam ser suscitadas em sede de análise técnica do guião.

3.4 Informação às escolas

Sem prejuízo da sinalização de irregularidades, ao longo da intervenção, junto dos elementos do serviço de exames (elencados no n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento) e na reunião final com o diretor, as escolas onde foi sinalizada alguma irregularidade receberam uma ficha síntese com informação dessa(s) irregularidade(s) e com recomendações emitidas ao abrigo do n.º 4 do artigo 15.º do [Decreto-Lei n.º 276/2007](#), de 31 de julho, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 32/2012](#), de 13 de fevereiro, pela [Lei n.º 114/2017](#), de 29 de dezembro e pelo [Decreto-Lei n.º 109-E/2021](#), de 9 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento do Procedimento de Inspeção da IGEC ([Regulamento n.º 189/2013](#), de 24 de maio). Nas intervenções em que não foram sinalizadas irregularidades a ficha síntese foi dispensada de audiência prévia, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 124.º do CPA.

4. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE - PROVAS DE AFERIÇÃO

4.1 Intervenções realizadas

No **QUADRO 1** apresentam-se as 11 intervenções PAE 2023 com incidência na aplicação de provas de aferição, por área territorial de inspeção e por natureza da escola intervencionada.

QUADRO 1 - NÚMERO DE INTERVENÇÕES, POR ÁREA TERRITORIAL E POR NATUREZA DA ESCOLA

ÁREA TERRITORIAL DE INSPEÇÃO	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL
NORTE	4	1	5
CENTRO	2	1	3
SUL	1	2	3
TOTAL	7	4	11

As intervenções realizaram-se nos dias 2, 5, 6, 7, 15 e 20 de junho.

Tendo em conta as provas observadas, temos:

QUADRO 2 - NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR PROVA

PROVA	N.º DE INTERVENÇÕES
Português e Estudo do Meio (25)	3
Matemática e Estudo do Meio (26)	1
Português (55)	2
História e Geografia de Portugal (57)	1
Matemática (86)	2
Ciências Naturais e Físico-Química (88)	2

4.2 Recursos humanos

As 11 intervenções foram realizadas por 8 inspetores.

4.3 Irregularidades assinaladas

Em três intervenções não houve registo de irregularidades. Nas restantes 8 intervenções foram assinaladas 22 ocorrências de 11 diferentes irregularidades.

O **QUADRO 3** apresenta essas ocorrências desagregadas por número de registos por intervenção e por natureza da escola.

QUADRO 3 - NÚMERO DE REGISTOS, POR NATUREZA DA ESCOLA

NÚMERO DE REGISTOS	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL
0	2	1	3
1	4	-	4
2	-	-	-
3	-	-	-
4	-	2	2
5	1	1	2

Embora tivessem sido realizadas mais intervenções em escolas públicas do que em escolas privadas (sete *versus* quatro), verificaram-se mais irregularidades nas segundas do que nas primeiras (13 *versus* nove), invertendo o comportamento observado no ano passado (apenas uma irregularidade em 11 intervenções em escolas privadas).

Há a referir que da aplicação das provas de aferição em dois turnos resultou, em algumas escolas, a duplicação de irregularidades referentes à aplicação das provas (por terem sido sinalizadas em ambos os momentos).

O **QUADRO 4** apresenta essas ocorrências desagregadas por área temática: *Tarefas prévias* (condições logísticas; designação dos recursos humanos); *Aplicação das provas*; *Tarefas posteriores* (preparação das provas para envio ao agrupamento do JNE).

QUADRO 4 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR ÁREA TEMÁTICA

ÁREA TEMÁTICA	NÚMERO	PERCENTAGEM
Tarefas prévias	2	9,1%
Aplicação das provas	19	86,4%
Tarefas posteriores	1	4,5%

No **QUADRO 5** estão discriminadas as irregularidades assinaladas, com informação sobre a respetiva correção no decurso da intervenção (nos casos em que a irregularidade era passível de correção em tempo útil ou pertinente).

A maior parte das irregularidades previstas no guião PAE 2023 não foi sinalizada em qualquer intervenção.

Foi possível corrigir ainda no decurso da intervenção, em tempo útil, 9 das 22 ocorrências, todas elas na área da *Aplicação das provas*.

QUADRO 5 - IRREGULARIDADES

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁶	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
Não foi constituída uma estrutura de apoio ao secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 4.3 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	---	
Não foi instalado o programa informático de apoio à avaliação externa (PAEB), pelo que não foi cumprido o disposto na alínea a) do ponto 1.2 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	---	
Não foi constituído um secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	---	
Não foi designado o coordenador do secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	---	
Não foi designado o substituto do coordenador do secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 26.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	1	-	1	---	
Não foi designado o gestor do programa informático de apoio à avaliação externa (PAEB), pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	---	
Não estavam afixadas em local visível as pautas de chamada das provas realizadas no dia da intervenção e ou nos 2 dias úteis imediatamente seguintes, pelo que não foi cumprido o disposto nos n.º 5, n.º 6 e n.º 7 do artigo 27.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	1	-	1	---	

⁶ Estão trancadas as irregularidades cuja correção no decurso da intervenção não era praticável ou pertinente, por não ser possível em tempo útil, ou porque os benefícios resultantes da correção imediata seriam superados pelo prejuízo causado pela perturbação do processo de aplicação das provas daí decorrente.

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁶	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
As pautas de chamada afixadas não incluíam todos os elementos devidos (identificação (código e nome da prova), local, data, hora e sala da prova), pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 4 do artigo 27.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	---	
O professor vigilante não solicitou aos alunos, antes do início da prova, que efetuassem uma verificação cuidada, a fim de se assegurarem que não possuíam qualquer material ou equipamento não autorizado, em particular telemóveis, pelo que não foi cumprido o disposto nos pontos 4.57 e 4.67 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	2	3	5	3	2
Não foi respeitada a regra: os alunos que se apresentam na sala de realização da prova após o início do tempo regulamentar não podem realizar a prova, pelo que não foi cumprido o disposto nos pontos 4.64 e 4.66 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
O professor vigilante não apresentou aos alunos, para assinatura, o modelo 29/JNE, extraído do PAEB, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril, e no ponto 4.67 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	3	3	1	2
Os alunos não dispunham, ou nem todos os alunos dispunham de um computador ou tablet com teclado externo, pelo que não foi cumprido o disposto nos pontos 3.11, 3.12 e 3.13 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Na prova de Português (55) os alunos não dispunham, ou nem todos os alunos dispunham de auscultadores com fios, pelo que não foi cumprido o disposto nos pontos 4.30 e 4.54 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Na sala de aplicação da prova de Português e Estudo do Meio (25) não existia um sistema de reprodução de ficheiro áudio, pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 4.53 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
O professor vigilante não transmitiu aos alunos os avisos indicados no ponto 5.1 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	1	1	1	-
As horas (efetivas) de início e conclusão das provas não foram escritas no quadro, ou foram incorretamente escritas, pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 5.40 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	1	1	1	-

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁶	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
O secretariado de exames ou a estrutura de apoio não confirmaram o correto registo, no quadro, das efetivas horas de início e de conclusão da prova, pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 5.40 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
A adaptação leitura de enunciado foi aplicada em situação não individual (mais do que um aluno na mesma sala), pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 7.26 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	3	2	5	1	4
O professor vigilante não fez, antes e durante a aplicação da prova, com o mínimo de perturbação para os alunos, as verificações previstas no ponto 5.48 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Aos alunos que o solicitaram não foi fornecido papel de rascunho, ou o papel fornecido não tinha formato A4, e ou não estava carimbado e ou não estava rubricado pelo professor vigilante, pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 5.49 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Não foi aplicado um intervalo de 20 minutos no final da primeira parte da prova de 2.º ano observada, pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 5.38 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
A prova teve uma duração inferior ou superior à prevista, pelo que não foi cumprido o disposto no Quadro III do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	-	-
Terminado o tempo de duração da prova, o professor vigilante não realizou os procedimentos previstos no ponto 5.50 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	1	1	2	1	1
Depois de concluídos os procedimentos de aplicação das provas a pauta de chamada e a ou as folhas com as credenciais não foram entregues ao secretariado de exames (ou estrutura de apoio), pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 5.53 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
A ou as portas das salas de aplicação de provas estiveram fechadas (ou estiveram fechadas para além do período de audição do texto para a compreensão do oral, na prova de Português e Estudo do Meio (25)), pelo que não foi cumprido o disposto no ponto 4.60 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	1	1	1	-
A vigilância da prova não foi assegurada pelo professor titular de turma, no 2.º ano, ou por um professor da turma, no 5.º ou no 8.º ano, pelo que não foi cumprido o disposto nos pontos 4.50 ou 4.51 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	1	-	1	-	

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁶	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
Houve contacto entre os alunos que realizaram a prova no turno 1 e os que a realizaram no turno 2, pelo que não foi cumprido o disposto nos pontos 4.50 ou 4.51 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Não foi possível confirmar o envio, ao agrupamento do JNE, do registo diário de ocorrências, pelo que não foi possível confirmar o cumprimento do disposto na alínea b) do ponto 6.7 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Não foi possível confirmar a sincronização (o upload) das provas realizadas em offline, pelo que não foi possível confirmar o cumprimento do disposto na alínea c) do ponto 6.7 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
Não foi possível confirmar o envio, ao agrupamento do JNE, da ficha A e ou do documento de apoio à classificação de provas e exames para alunos em situação de surdez severa a profunda, pelo que não foi possível confirmar o cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 6.7 do Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023.	-	-	-	-	-
A atuação dos elementos do serviço de exames na aplicação das provas observada não foi de molde a gerar a convicção de ter sido garantida a segurança e a equidade do processo.	-	1	1	-	-

As irregularidades mais vezes sinalizadas, com cinco ocorrências cada, foram a não solicitação da verificação do material não autorizado, antes da entrada na sala de prova (atempadamente corrigida em três casos), e a aplicação da adaptação *leitura de enunciado* em situação não individual (atempadamente corrigida em um caso), em incumprimento do disposto nos pontos 4.57 e 4.67 e do ponto 7.26 do *Guia para a Realização das Provas de Aferição 2023*, respetivamente.

As situações em que não foi atempadamente corrigida a omissão de verificação prévia do material não autorizado nem o preenchimento do modelo 29/JNE ocorreram na mesma escola, em ambos os turnos, tendo sido justificadas pela regra de não autorização de uso de telemóveis nas instalações da escola, por parte dos alunos. Esta justificação ignora o papel de reforço destes procedimentos na prevenção de irregularidades ou fraudes, e desconsidera todos os outros materiais não autorizados.

4.4 Ficha síntese

Todas as escolas intervencionadas receberam uma ficha síntese com o resultado da intervenção PAE 2023 de que foram objeto, contendo informação sobre as irregularidades sinalizadas e respetiva correção e, se aplicável, uma recomendação com o seguinte teor:

- Sem prejuízo de outras medidas que venham a resultar da/s irregularidade/s assinalada/s, recomenda-se a adoção de medidas que assegurem, no futuro, o cabal cumprimento de todas as normas legais, instruções e orientações relativas às provas de avaliação externa.

Foram sinalizadas irregularidades, com formulação de recomendação na correspondente ficha síntese, em oito intervenções.

4.5 Audiência prévia

Das 11 intervenções realizadas:

- em três processos foi dispensado o procedimento de audiência prévia, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 124.º do CPA;
- sete escolas receberam a ficha síntese em versão para exercício do direito de audiência prévia, tendo três delas optado por não exercer esse direito;
- em sede de audiência prévia, quanto às irregularidades sinalizadas na respetiva ficha síntese, quatro escolas apresentaram algumas justificações e declararam que serão tomadas medidas para evitar a sua repetição;
- uma escola não recebeu a ficha síntese em versão para exercício do direito de audiência, devido a uma imperfeita compreensão das indicações constantes do roteiro PAE 2023 por parte da equipa multidisciplinar.

5. EXECUÇÃO DA ATIVIDADE

PROVAS FINAIS DO ENSINO BÁSICO E EXAMES FINAIS NACIONAIS

5.1 Intervenções realizadas

No **QUADRO 6** apresentam-se as 44 intervenções PAE 2023 com incidência na aplicação de provas finais do ensino básico e exames finais nacionais, por área territorial de inspeção e por natureza da escola intervencionada.

QUADRO 6 - NÚMERO DE INTERVENÇÕES, POR ÁREA TERRITORIAL E POR NATUREZA DA ESCOLA

ÁREA TERRITORIAL DE INSPEÇÃO	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL
NORTE	14	4	18
CENTRO	7	2	9
SUL	12	5	17
TOTAL	33	11	44

Tendo em conta as provas observadas, temos:

QUADRO 7 - NÚMERO DE OBSERVAÇÕES, POR DATA E POR PROVA

DATA	PROVA	N.º DE PROVAS OBSERVADAS ⁷
16/06/2023	Matemática (82)	7
	Matemática (92)	7
19/06/2023	Português (639)	7
	Português Língua Não Materna (93)	2
21/06/2023	Biologia e Geologia (702)	5
22/06/2023	História A (623)	2
23/06/2023	Português (81)	3
	Português (91)	4
26/06/2023	Física e Química A (715)	6
28/06/2023	Matemática A (635)	8
	Matemática B (735)	7
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835)	6
30/06/2023	Inglês (550)	3
1.ª fase	Total	67

⁷ O número total de provas observadas é superior ao número de intervenções porque em cada intervenção foram observadas todas as provas de avaliação externa em aplicação, o que significa que a uma intervenção pode corresponder mais do que uma prova.

5.2 Recursos humanos

As 44 intervenções foram realizadas por 21 inspetores.

5.3 Irregularidades assinaladas

Em 27 intervenções não houve registo de irregularidades. Nas restantes 17 intervenções foram assinaladas 29 ocorrências de 17 diferentes irregularidades.

O **QUADRO 8** apresenta essas ocorrências desagregadas por número de registos por intervenção e por natureza da escola.

QUADRO 8 - NÚMERO DE REGISTOS, POR NATUREZA DA ESCOLA

NÚMERO DE REGISTOS	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL
0	19	8	27
1	9	1	10
2	4	-	4
3	1	1	2
4	-	-	-
5	-	-	-
6	-	1	1

Embora não seja possível fazer comparações diretas - dado haver diferenças nos guiões usados em cada ano - constata-se que a percentagem de intervenções sem irregularidades recuperou um pouco no presente ano (61,36%), depois de ter descido assinalavelmente de 92,04% em 2021 para 56,18% em 2022.

O **QUADRO 9** apresenta essas ocorrências desagregadas por área temática: *Tarefas prévias* (condições logísticas; designação dos recursos humanos); e *Aplicação das provas*.

QUADRO 9 - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS, POR ÁREA TEMÁTICA

ÁREA TEMÁTICA	NÚMERO	PERCENTAGEM DE OCORRÊNCIAS
Tarefas prévias	7	23,33%
Aplicação das provas	23	76,67%
Tarefas posteriores	-	-

As ocorrências na área da *Aplicação das provas* mantêm um peso relativo muito próximo do constatado em 2022 (75,6%), ano em que também não foram sinalizadas irregularidades na área das tarefas posteriores.

No **QUADRO 10** estão discriminadas as irregularidades assinaladas, com informação sobre a respetiva correção no decurso da intervenção (nos casos em que a irregularidade era passível de correção em tempo útil ou pertinente).

Foi possível corrigir ainda no decurso da intervenção, em tempo útil, 13 das 29 irregularidades sinalizadas, todas elas na área da *Aplicação das provas*.

A irregularidade mais frequentemente assinalada corresponde aos procedimentos a realizar pelos professores vigilantes no final da prova, que não foram cabalmente realizados ou que o foram apenas após a saída dos examinandos da sala em sete casos. A entrega do papel de rascunho fora do momento previsto foi a segunda irregularidade mais sinalizada (quatro ocorrências) e o terceiro maior número de ocorrências corresponde a pretendidas delegações de competências do diretor, em matéria de provas de avaliação externa, não devidamente formalizadas (três casos).

Cerca de um terço das irregularidades previstas no guião PAE 2023 não foi sinalizada em qualquer intervenção.

QUADRO 10 - IRREGULARIDADES

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁸	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
Os poderes atribuídos ao diretor, em matéria de aplicação de provas e exames, estão a ser exercidos indevidamente por outrem, uma vez que não foram objeto de delegação de poderes, nos termos do CPA do Procedimento Administrativo.	3	-	3	...	
A escola não dispõe de todos os recursos humanos necessários e suficientes para a concretização do processo de avaliação externa da aprendizagem (professores vigilantes e coadjuvantes, elementos do secretariado de exames, técnicos responsáveis pelos programas informáticos, professores classificadores), pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 9 do artigo 25.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
Não estão instalados os programas informáticos de apoio à avaliação externa (PFEB e ou ENES), pelo que não foi respeitado o disposto na alínea b) do ponto 1.3 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	...	

⁸ Estão trancadas as irregularidades cuja correção no decurso da intervenção não era praticável ou pertinente, por não ser possível em tempo útil, ou porque os benefícios resultantes da correção imediata seriam superados pelo prejuízo causado pela perturbação do processo de aplicação das provas daí decorrente.

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁸	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
Na aplicação das provas de avaliação externa participou ou está convocada para participar ou vai participar em procedimentos que comprometem os requisitos de imparcialidade e ou de anonimato das provas pessoa que, nos termos do artigo 69.º do CPA, está impedida de o fazer, pelo que não foi cumprido o disposto nos n.º 7 e n.º 8 do artigo 25.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
Não foi constituído o secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
Não foi designado o coordenador do secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
Não foi designado o substituto do coordenador do secretariado de exames, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 26.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
Não foi designado o gestor dos programas informáticos de apoio à avaliação externa, pelo que não foi cabalmente cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	1	-	1	...	
Não foram encontradas evidências da divulgação, a alunos e encarregados de educação, da proibição de realização das provas e exames na posse de telemóveis e outros equipamentos de comunicação móvel, pelo que não foi cumprido o disposto nos n.º 3 e n.º 4 do artigo 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁸	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
Não estavam afixadas em local visível as pautas de chamada das provas realizadas neste dia e ou nos 2 dias úteis imediatamente seguintes, pelo que não foi cumprido o disposto nos n.º 5, n.º 6 e n.º 7 do artigo 27.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	1	1	...	
As pautas de chamada das provas não incluíam todos os elementos devidos (identificação (código e disciplina), local, data, hora e sala da prova), pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 4 do artigo 27.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	1	1	...	
Não foi possível localizar, inviolados, todos os sacos de provas entregues na escola pelas forças de segurança (confirmados pela Guia de remessa enviada pela EMEC), pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 15.1 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	...	
As condições para o exercício das funções de professor coadjuvante eram inadequadas, não estando suficientemente assegurada a salvaguarda do cumprimento do dever de sigilo, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 5.4 da Norma 02/JNE/2023.	-	1	1	...	
Os professores vigilantes não solicitaram aos examinandos, antes da entrada na sala de prova, que efetuassem uma verificação cuidada, a fim de se assegurarem de que possuíam o material necessário e não possuíam qualquer material ou equipamento não autorizados, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 6.10 da Norma 02/JNE/2023.	2	-	2	2	-
Na distribuição dos examinandos pela sala não foi respeitada a regra: nunca pode estar mais do que um aluno em cada carteira, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 6.1 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
Não foi respeitada a não entrada de examinandos nas salas de prova após o início do tempo regulamentar, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 9.4 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	...	
Antes do início da prova os professores vigilantes não apresentaram aos examinandos, para assinatura, o modelo 05/JNE, como confirmação de que não se encontravam na posse de nenhum suporte escrito ou equipamento tecnológico não autorizado, nem nenhum sistema de comunicação móvel, pelo que não foi cumprido o disposto nos n.º 4 e n.º 6 do artigo 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	-	-

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁸	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
Não foi efetuada a verificação do material usado pelos examinandos, de acordo com as disposições da Informação-Prova aplicável, pelo que não foi cumprido o disposto no artigo 32.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	2	-	2	2	-
Não foi ativada, na presença do professor coadjuvante (ou equiparado), a funcionalidade modo de exame das calculadoras, pelo que não foram respeitadas as indicações dos ofícios-circulares S-DGE/2017/3040 e 36520/2022/DGE-DSDC-DES.	-	-	-	-	-
Os professores vigilantes não fizeram todos os avisos previstos no ponto 13 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
Os professores vigilantes permitiram que, antes da distribuição dos enunciados das provas, os examinandos escrevessem nas folhas de resposta, além do preenchimento do respetivo cabeçalho, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 11.2 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
No momento da entrega dos sacos de provas o elemento do secretariado de exames não confirmou, com os professores vigilantes, a coincidência entre o código da prova inscrito no saco e o código da prova escrito na pauta, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 14.1 e 14.2 da Norma 02/JNE/2023.	1	-	1	1	-
O papel de rascunho foi distribuído aos examinandos antes da entrega dos enunciados, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 4.6 da Norma 02/JNE/2023.	3	1	4	2	2
O papel de rascunho não estava carimbado e ou não foi datado, e ou não foi rubricado por um dos professores vigilantes, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 4.6 da Norma 02/JNE/2023.	1	1	2	1	1
Os enunciados foram distribuídos antes da hora marcada para o início da prova, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 15.1 e 15.4 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
Numa prova com duas versões - versão 1 e versão 2 - não foi respeitado o esquema logístico indicado no anexo II da Norma 02/JNE/2023, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 6.4, 6.5 e 15.7 da Norma 02/JNE/2023.	1	-	-	...	
O conteúdo de esclarecimentos ou erratas não foi lido aos examinandos, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 15.8, 15.9 e 15.10 da Norma 02/JNE/2023.	-	1	1	-	1
O conteúdo de esclarecimentos ou erratas não foi transcrito, na íntegra, no quadro, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 15.8, 15.9 e 15.10 da Norma 02/JNE/2023.	-	1	1	-	1

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁸	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
As horas de aplicação da prova (início, conclusão e período de tolerância) não foram escritas no quadro, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 16.1 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
A hora de início da prova escrita no quadro não coincidia com a hora a que os examinandos iniciaram a resolução da prova, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 16.1 e 16.2 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
As horas de efetiva aplicação da prova não coincidiam com as horas legalmente definidas, pelo que não foi cabalmente cumprido o disposto no Despacho n.º 8356/2022, de 8 de julho, alterado pelo Despacho n.º 3232-B/2023, de 10 de março, conjugado com os quadros IV e VI do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
Não foi possível confirmar a inscrição, no registo diário de ocorrências, da discrepância nas horas de aplicação da prova e respetiva razão.	-	-	-	...	
Os professores vigilantes não fizeram todas as verificações previstas no ponto 17.1 da Norma 02/JNE/2023.	1	-	1	-	1
Nem todas as folhas de resposta foram rubricadas, no local reservado para o efeito, por um dos professores vigilantes, pelo que não foi respeitado o disposto na alínea d) do ponto 17.1 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
Houve provas cuja aplicação não respeitou a duração legalmente definida, pelo que não foi cumprido o disposto nos quadros IV e VI do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	1	-	1	1	-
Terminado o tempo de duração da prova, os professores vigilantes não realizaram todos os procedimentos previstos no ponto 22.1 ou 22.2 da Norma 02/JNE/2023.	3	2	5	4	1
Não foi garantida a presença, em contínuo, de (pelo menos) dois professores vigilantes dentro de cada sala de aplicação de provas, durante essa aplicação, pelo que não foi respeitado o disposto nos pontos 6.6 e 6.7 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
A adaptação leitura de enunciado foi aplicada a mais do que um examinando na mesma sala, pelo que não foi respeitado o disposto no ponto 6.1 do Guia para aplicação de adaptações na realização de provas e exames JNE/2023.	1	1	2	-	2

ITEM	ESCOLAS			CORREÇÃO DURANTE A INTERVENÇÃO ⁸	
	PÚBLICAS	PRIVADAS	TOTAL	SIM	NÃO
As irregularidades ocorridas durante o processo de aplicação das provas e ou exames hoje realizados não foram de imediato comunicadas ao diretor da escola, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	-	-
As irregularidades ocorridas durante o processo de aplicação dos exames hoje realizados não foram registadas na plataforma do JNE, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril.	-	-	-	...	
As fraudes ocorridas durante o processo de aplicação das provas e ou exames hoje realizados não determinaram a suspensão da prova dos examinandos envolvidos, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023.	-	-	-	...	
As fraudes ocorridas durante o processo de aplicação das provas e ou exames hoje realizados não foram de imediato comunicadas ao diretor da escola, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023.	-	-	-	-	-
As fraudes ocorridas durante o processo de aplicação das provas e ou exames hoje realizados não foram comunicadas ao JNE, pelo que não foi cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023.	-	-	-	...	
Na preparação das provas para envio ao responsável do agrupamento do JNE o secretariado de exames não realizou (todos) os procedimentos previstos no ponto 24.1 da Norma 02/JNE/2023.	-	-	-	-	-
Os procedimentos realizados pelo secretariado de exames, após o final da(s) prova(s), não permitem a convicção de terem sido assegurados a integridade, a segurança e o anonimato das provas respondidas, bem como a integridade e a segurança dos destacáveis que contêm a identificação dos examinandos.	-	-	-	...	

A irregularidade relativa às condições para o exercício das funções de professor coadjuvante diz respeito a um coadjuvante que estava a utilizar um computador durante o período de coadjuvação.

As duas irregularidades relativas a erratas foram sinalizadas numa sala onde estavam a ser aplicados os três exames de Matemática (A, B e MACS), pelo que a escola optou por imprimir a errata e distribuí-la aos alunos a quem se aplicava.

5.4 Ficha síntese

Todas as escolas intervencionadas receberam uma ficha síntese com o resultado da intervenção PAE 2023 de que foram objeto, contendo informação sobre as irregularidades sinalizadas e respetiva correção e, se aplicável, uma recomendação com o seguinte teor:

- Sem prejuízo de outras medidas que venham a resultar da/s irregularidade/s assinalada/s, recomenda-se a adoção de medidas que assegurem, no futuro, o cabal cumprimento de todas as normas legais, instruções e orientações relativas às provas de avaliação externa.

Foram sinalizadas irregularidades, com formulação de recomendação na correspondente ficha síntese, em 17 intervenções.

5.5 Audiência prévia

Das 44 intervenções realizadas:

- em 27 processos foi dispensado o procedimento de audiência prévia, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 124.º do CPA;
- nove escolas receberam a ficha síntese em versão para exercício do direito de audiência prévia, das quais sete optaram por não exercer esse direito;
- em sede de audiência prévia, quanto às irregularidades sinalizadas na respetiva ficha síntese, uma escola apresentou algumas justificações e a outra declarou que serão tomadas medidas para evitar a sua repetição;
- oito escolas não receberam a ficha síntese em versão para exercício do direito de audiência, devido a uma imperfeita compreensão das indicações constantes do roteiro PAE 2023 por parte da equipa multidisciplinar.

6. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

No presente capítulo apresentam-se os resultados da avaliação da atividade feita, através do preenchimento de questionários, pelas escolas intervencionadas e pelos inspetores que realizaram as suas intervenções.

6.1 Avaliação feita pelas escolas objeto de intervenções PAE 2023

Com a ficha síntese foi enviado às escolas um endereço para avaliação da atividade, através do preenchimento de um questionário.

O questionário inclui um espaço final, de resposta aberta, para *comentário e ou sugestões de melhoria* e cinco itens de resposta fechada, a preencher utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 correspondia à não concordância e 4 ao maior grau de concordância.

Foram recebidas 39 respostas, que correspondem a 70,91% dos respondentes possíveis.

As percentagens de concordância apresentadas no **QUADRO 11** infra foram calculadas considerando de concordância as respostas 3 e 4.

QUADRO 11 - AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE - RESPOSTAS DAS ESCOLAS

ITEM	CONCORDÂNCIA
1.1. A reunião inicial foi elucidativa quanto aos objetivos da atividade	100,00%
1.2. Na reunião final a síntese dos aspetos positivos e negativos observados foi esclarecedora	100,00%
1.3. A intervenção contribuiu para a melhoria do trabalho dos intervenientes no serviço de exames e das práticas de gestão	94,87%
2.1. O envio da ficha síntese da intervenção foi tempestivo	82,05%
2.2. A ficha síntese da intervenção contribuiu para a melhoria do trabalho dos intervenientes no serviço de exames e das práticas de gestão	97,44%

Em 21 questionários o espaço para *comentário e ou sugestões de melhoria* não foi preenchido e em dois esse espaço foi preenchido com comentários sem conteúdo (*nada a registar/referir*). Os restantes comentários são, maioritariamente, de reconhecimento da utilidade da atividade e do trabalho dos inspetores, e num questionário foi feita a seguinte observação:

As normas poderiam ser mais objetivas nos aspetos determinantes, ajudando a esclarecer as Direções nas decisões a tomar, sem margem para dúvidas.

6.2 Avaliação feita pelos inspetores que realizaram intervenções PAE 2023

De 28 a 20 de agosto de 2023 esteve disponível para preenchimento, por parte dos 29 inspetores que participaram na atividade PAE 2023, um questionário de avaliação da mesma.

O questionário inclui um espaço final, de resposta aberta, para *comentários e ou sugestões de melhoria* e oito itens de resposta fechada, a preencher utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 correspondia à não concordância e 4 ao maior grau de concordância.

Foram recolhidas 15 respostas, que correspondem a 51,72% dos respondentes possíveis.

As percentagens de concordância apresentadas no **QUADRO 12** infra foram calculadas considerando de concordância as respostas 3 e 4.

QUADRO 12 - AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE - RESPOSTAS DOS INSPETORES

ITEM	CONCORDÂNCIA
1.1. O roteiro é clarificador do conteúdo e dos procedimentos da atividade	100,00%
1.2. O tempo de preparação da atividade foi suficiente	86,67%
1.3. A informação veiculada na reunião de preparação da atividade foi relevante	86,67%
2.1. A duração da intervenção é adequada	100,00%
2.2. Os itens do guião são pertinentes	93,33%
2.3. O formato do guião (MS Forms) é facilitador do trabalho do inspetor	86,67%
3.1. A participação na atividade contribuiu para o meu desenvolvimento profissional	86,67%
3.2. A atividade PAE 2023 contribuiu para a melhoria das práticas de gestão nas escolas	93,33%

Em três questionários o espaço para *comentários e ou sugestões de melhoria* foi preenchido:

O guião está indubitavelmente bem construído, revela um intenso labor mas talvez fosse de o simplificar um pouco não indo a "todos" os pormenores.

Mantem-se nas escolas um docente (o coadjuvante) com acesso às provas, durante o decurso das provas e da área da prova, sendo que nos tempos atuais é fácil através das tecnologias existentes e até dos quadros interativos e projetores (que estão ligados com as horas de início e fim de prova), telemóveis, relógios e bandas com comunicação ... proporcionar as respostas aos alunos. O procedimento de segurança deveria excluir esta figura (o coadjuvante) ou reformulá-la, apenas lhe dando acesso à prova no final.

Seria útil um organograma que contemplasse os procedimentos inerentes ao circuito do envio dos guiões e fichas síntese após a realização da atividade nas escolas.

7. CONCLUSÕES

As intervenções realizadas pela IGEC neste âmbito foram fixadas em 55, mais cinco do que as previstas no plano de atividades. As cinco intervenções (três das quais na mesma escola) não inicialmente previstas, todas incidindo sobre a aplicação de exames finais nacionais, resultaram de queixas recebidas nesta inspeção-geral. As suspeições levantadas nessas queixas não foram confirmadas nas intervenções.

As 55 intervenções foram realizadas por 29 inspetores.

À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores recentes, foram realizadas cerca de 75% das intervenções em escolas públicas e 25% em escolas privadas.

Nas provas de aferição não foram sinalizadas irregularidades em 27,27% das intervenções (64,10% em 2022) e em 64,52% dos procedimentos previstos no respetivo guião (69,57% em 2022), o que denota um agravamento do desempenho das escolas. Há ainda a registar que a maior parte das irregularidades (86.4%) está relacionada com a *Aplicação das provas* e, portanto, com o desempenho dos professores vigilantes (e, em parte, dos secretariados de exame), o que causa preocupação. Em todo o caso, foi possível corrigir em tempo útil nove ocorrências relacionadas com essa área temática.

Nas provas finais do ensino básico e nos exames finais nacionais não foram sinalizadas irregularidades em 61,36% das intervenções (56,18% em 2022) e em 62,22% procedimentos previstos no respetivo guião (45,76% em 2022). Ainda assim, assistiu-se a um número significativo de irregularidades (76,67%) na área da *Aplicação das provas*, constituindo-se como um sinal preocupante, a exemplo do já assinalado relativamente às provas de aferição, mesmo que tenha sido possível corrigir, ainda no decurso da intervenção, em tempo útil, 13 ocorrências relacionadas com essa área temática.

Merecem referência, pelo risco acrescido que podem acarretar, as seguintes irregularidades:

- Os poderes atribuídos ao diretor, em matéria de aplicação de provas e exames, estavam a ser exercidos indevidamente por outrem, uma vez que não foram objeto de delegação de poderes, nos termos do CPA.
- Não estavam afixadas em local visível as pautas de chamada das provas realizadas no dia da intervenção e ou nos 2 dias úteis imediatamente seguintes.
- As condições para o exercício das funções de professor coadjuvante eram inadequadas, não estando suficientemente assegurada a salvaguarda do cumprimento do dever de sigilo.
- Os professores vigilantes não solicitaram aos alunos / examinandos, antes da entrada na sala de prova, que efetuassem uma verificação cuidada, a fim de se assegurarem de que possuíam o material necessário e não possuíam qualquer material ou equipamento não autorizados.
- O professor vigilante não apresentou aos alunos / examinandos, para assinatura, o modelo em que estes confirmam terem feito uma verificação cuidada, a fim de se assegurarem de que possuem o material necessário para a realização da prova e que não possuem qualquer material ou equipamento não autorizado, em particular telemóveis.

- A adaptação leitura de enunciado foi aplicada em situação não individual (mais do que um aluno na mesma sala).
- Terminado o tempo de duração da prova, os professores vigilantes não realizaram todos os procedimentos de verificação devidos.
- A atuação dos elementos do serviço de exames na aplicação das provas observada não foi de molde a gerar a convicção de ter sido garantida a segurança e a equidade do processo.

Responderam ao questionário de avaliação da atividade 70,91% das escolas intervencionadas, com níveis de concordância sempre superiores a 80,00%. O aspeto com menor grau de concordância foi a tempestividade do envio da ficha síntese da intervenção.

Também as respostas dos inspetores que realizaram as intervenções (51,72% de respondentes) denotam níveis de concordância superiores a 80,00%. Os aspetos com menor grau de concordância foram o tempo de preparação da atividade, a informação veiculada na reunião de preparação, o formato do guião e o contributo da atividade para o desenvolvimento profissional.

Da análise da legislação, regulamentação e documentação enquadradora da atividade *Provas de Avaliação Externa* resultou um conjunto de preocupações, a saber:

1. *A Norma 02/JNE - Instruções para Realização | Classificação | Reapreciação | Reclamação: Provas e Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário* é um documento tradicionalmente extenso (sempre acima de 90 páginas nos quatro anos mais recentes), contendo, além das normas específicas emitidas pelo JNE, a repetição de normas constantes no próprio Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário. A redução da dimensão deste documento, reconduzindo o seu conteúdo apenas às normas específicas efetivamente emitidas pelo JNE, bem como a eventual separação entre as instruções para a realização e as instruções para classificação, reapreciação e reclamação, poderia tornar mais fácil a sua leitura, minimizando o risco de alguma informação essencial passar despercebida, para além de reforçar a necessidade da leitura do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário.
2. *O Guia para aplicação de adaptações na realização de provas e exames* é também um documento extenso (64 páginas) que ganharia em ser objeto de um processo de simplificação / reorganização e, eventualmente, integração na Norma 02/JNE, a qual também dispõe sobre a matéria.
3. Ambos os documentos são publicados exclusivamente na área de escolas do JNE (<https://area.dge.mec.pt/jnedoc/>) e não em página Web oficial de acesso universal. O conhecimento generalizado da Norma 02/JNE bem como das restantes normas e guias, por parte das comunidades educativas e do público em geral, pode constituir-se como um fator de maior sucesso na aplicação das provas e contribui para uma maior transparência de todo o processo.

4. Será pertinente reequacionar o papel do professor coadjuvante, que faz parte do serviço de exames, de acordo com o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário, mas que não tem competências atribuídas neste diploma. No contexto atual a sua função é, de acordo com a Norma 02/JNE, a verificação do material utilizado - com destaque para as calculadoras permitidas e a sua colocação em *modo de exame*, quando aplicável -, procedimento que é realizado antes do início das provas e, no caso da colocação das calculadoras em *modo de exame*, pode ser realizado por quaisquer docentes das disciplinas envolvidas, os quais não têm contacto com o enunciado da prova.
5. Importa ponderar a vantagem de definir com maior rigor o momento do início efetivo do tempo regulamentar nas provas em que a resolução é feita no próprio enunciado *versus* a hora de abertura dos sacos destas provas, de modo a evitar que o tempo de preenchimento do cabeçalho prejudique, ainda que muito ligeiramente, a duração da prova propriamente dita.
6. Importaria rever a redação da Norma 02/JNE, no que concerne aos professores vigilantes, de modo a acomodá-la à letra e ao espírito das previsões do CPA e do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário, designadamente à disposição constante do n.º 8 do artigo 24.º deste diploma (*podendo os intervenientes impedidos apenas participar em procedimentos que não comprometam os requisitos de imparcialidade e de anonimato das provas*), de caráter claramente menos restritivo que a contida na Norma 02/JNE/2022 (*professores vigilantes não podem prestar serviço de exames nos dias ou parte dos dias em que um seu familiar prestar provas ou exames na mesma escola*).
7. Importaria instituir uma previsão regulamentar no sentido de avisar os intervenientes no serviço de exames (artigo 25.º, n.º 1 do Regulamento) de que devem manter o sigilo dos guiões das provas de aferição práticas até ao final do respetivo intervalo de aplicação, ou a emissão de um aviso, orientação ou instrução às escolas que acautele a não divulgação dos mesmos.
8. Importaria clarificar a competência para autorizar a adaptação *leitura de enunciados* nos exames finais do ensino secundário, uma vez que a aplicação desta medida exige, complementarmente, o *acompanhamento por um docente* e, portanto, supõe a existência de dois despachos autorizadores, nenhum dos quais pode sobrepor-se ao ou substituir o outro:
 - A autorização da adaptação *leitura de enunciados* compete ao diretor da escola⁹;
 - A autorização da adaptação *acompanhamento por um docente* compete ao presidente do JNE¹⁰.
9. Importaria, finalmente, corrigir a expressão *leitura orientada de enunciados*, usada no Regulamento e no *Guia para aplicação de adaptações na realização de provas e exames*, substituindo-a pela expressão constante da alínea e) do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação atual, a saber: *leitura de enunciados*.

⁹ Alínea e) do n.º 5 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação atual.

¹⁰ Alínea b) do n.º 6 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação atual e n.º 1 do artigo 39.º do Regulamento.

8. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

8.1 Legislação e regulamentação

Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro (medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento)

Decreto-Lei n.º 45/2013, de 5 de abril (medidas específicas de apoio à preparação internacional das seleções ou outras representações desportivas nacionais)

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado e republicado pela **Lei n.º 116/2019**, de 13 de setembro, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 47/2019**, de 3 de outubro e alterado pelo **Decreto-Lei n.º 62/2023**, de 25 de julho (estabelece o regime jurídico da educação inclusiva)

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 29-A/2018**, de 4 de setembro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 70/2021**, de 3 de agosto e pelo e alterado pelo **Decreto-Lei n.º 62/2023**, de 25 de julho (currículo dos ensinos básico e secundário, princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens)

Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro (regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos diferentes regimes de contrato e no regime de voluntariado)

Decreto-Lei n.º 22/2023, de 3 de abril (estabelece, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior)

Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto (organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de nível secundário, na modalidade de ensino recorrente, avaliação e certificação)

Portaria n.º 258/2012, de 28 de agosto, alterada pela **Portaria n.º 32/2013**, de 29 de janeiro (estrutura nuclear da Direção-Geral da Educação)

Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, alterado pela **Portaria n.º 265/2022**, de 1 de fevereiro (ofertas educativas do ensino básico)

Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, alterada pela **Portaria n.º 278/2023**, de 8 de setembro (cursos científico-humanísticos)

Portaria n.º 229-A/2018, de 14 de agosto, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 29/2018**, de 4 de setembro (cursos artísticos especializados de nível secundário de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano)

Portaria n.º 232-A/2018, de 20 de agosto (cursos artísticos especializados de nível secundário de Design de Comunicação, de Design de Produto, de Produção Artística e de Comunicação Audiovisual)

Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto (cursos profissionais)

Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro (Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022-2023)

Despacho Normativo n.º 1-D/2016, de 4 de março, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 3-A/2019, de 26 de fevereiro, pelo Despacho Normativo n.º 3-A/2020, de 5 de março e pelo Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril, que o republica (Regulamento do Júri Nacional de Exames)

Despacho n.º 6531/2016, de 18 de maio, alterado pelos Despachos n.º 5907/2017, de 5 de julho, n.º 6472/2018, de 2 de julho, n.º 5198/2019, de 27 de maio, n.º 9384/2021, de 24 de setembro e n.º 9863/2023, de 25 de setembro (Designa o Júri Nacional de Exames)

Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 419/2023, de 2 de junho (Altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023)

Despacho n.º 7728/2019, de 2 de setembro (Estabelece a continuidade do projeto-piloto de oferta do mandarim, no ensino secundário, como Língua Estrangeira III (LE III) no currículo dos cursos científico-humanísticos, bem como o seu alargamento ao currículo dos cursos profissionais)

Informação n.º 31735/2021/DGE-DSDC, de 16 de dezembro (Implementação do Projeto-Piloto de Oferta da Língua Italiana no Ensino Secundário em 2021/2022)

Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho (procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa)

Despacho n.º 8356/2022, de 8 de julho, alterado pelo Despacho n.º 3232-B/2023, de 10 de março (Aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022-2023 e de 2023-2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames)

8.2 Normas, guiões, informações, circulares e comunicações do Júri Nacional de Exames, da Direção-Geral da Educação e do Instituto de Avaliação Educativa, I. P.

JNE - Norma 01/JNE/2023 (instruções para a Inscrição nas Provas e Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário [publicada na área de escolas do JNE])

JNE - *Guia para a Realização das Provas de Aferição - 2023* [publicado na área de escolas do JNE]

JNE - Norma 02/JNE/2023 (instruções para realização, classificação, reapreciação, reclamação: provas e exames do ensino básico e ensino secundário) [publicada na área de escolas do JNE]

JNE - *Guia para aplicação de adaptações na realização de provas e exames - 2023* [publicado na área de escolas do JNE]

JNE/IPDJ, I. P. - *Guia para a realização de provas/exames por Alunos Praticantes Desportivos de Alto Rendimento - 2023* [publicado na área de escolas do JNE]

JNE - Comunicação n.º 1/JNE/2023 - Bolsa de professores classificadores das provas de aferição do ensino básico [publicada na área de escolas do JNE]

JNE - Comunicação n.º 2/JNE/2023 - Bolsa de professores classificadores das provas finais do 3.º ciclo do ensino básico e dos exames finais nacionais do ensino secundário [publicada na área de escolas do JNE]

JNE - Comunicação n.º 3/JNE/2023 - Procedimentos a adotar pelos professores coadjuvantes - calculadora gráfica [publicada na área de escolas do JNE]

JNE - *Manual de Instruções de Aplicação da Realização de Provas e Produção de Credenciais 2022/2023* [publicada na área de escolas do JNE]

JNE - *Manual de Instruções - Instalação do Offline 2022/2023* [publicado na área de escolas do JNE]

JNE - *Apresentação - provas de aferição eletrónicas, périplo 2023* [publicada na área de escolas do JNE]

DGE-JNE/DGES - *Guia geral de exames 2023*

Informação conjunta IAVE-JNE n.º 1/2023 (períodos de afetação dos professores relativos ao exercício das tarefas de classificação das provas e exames, por disciplina) [publicada na área de escolas do JNE]

DGE - **Ofício - 36520/2022/DGE-DSDC-DES** (Utilização de Calculadoras no Ensino Básico e no Ensino Secundário: Prova Final de Ciclo de Matemática - 9.º ano; Exames Finais Nacionais de Economia A, de Física e Química A, de Matemática A, de Matemática B e de Matemática Aplicada às Ciências Sociais, em 2022-2023) + **Anexo** (Lista exemplificativa - não exaustiva, de máquinas de calcular passíveis de serem utilizadas nos exames finais nacionais de Física e Química A, de Matemática A, de Matemática B e de Matemática Aplicada às Ciências Sociais -2022/2023)

Informação n.º 31735/2021/DGE-DSDC, de 16 de dezembro (Implementação do Projeto-Piloto de Oferta da Língua Italiana no Ensino Secundário em 2021/2022)

IAVE, I. P. - **Informação-Prova Geral** [contém ligações para as diversas Informações-prova]

IAVE, I. P. - **Informação complementar - Educação Artística (27) e Educação Física (28)**

IAVE, I. P. - **Informação complementar - Português (55)**

IAVE, I. P. - **Informação complementar - Educação Física (59)**

IAVE, I. P. - **Informação complementar - Ciências Naturais e Físico-Química - componente de Observação e Comunicação Científicas (88) e Tecnologias da Informação e Comunicação (89)**

IAVE, I. P. - **Provas de treino de ambientação gráfica das Provas de Aferição de 2023**

IAVE, I. P. - **Tipologia dos Itens dos Instrumentos de Avaliação Externa**

IAVE, I. P. - **Aplicação da Cor em Instrumentos de Avaliação**

IAVE, I. P. - **Instruções de realização, cotações e critérios gerais de classificação**

ANEXO - LISTA DE ESCOLAS INTERVENCIONADAS

ESCOLAS PÚBLICAS

ESCOLA		AGRUPAMENTO	
CÓDIGO ME	NOME	CÓDIGO ME	NOME
346214	Escola Básica e Secundária de Arcozelo, Ponte de Lima	152640	Agrupamento de Escolas de Arcozelo, Ponte de Lima
340716	Escola Básica D. Dinis, Leiria	161639	Agrupamento de Escolas D. Dinis, Leiria
340777	Escola Básica D. João I, Baixa da Banheira, Moita	170896	Agrupamento de Escolas D. João I, Moita
310098	Escola Básica D. Manuel de Faria e Sousa, Margaride, Felgueiras	151520	Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa, Felgueiras
340443	Escola Básica de Briteiros, Guimarães	151750	Agrupamento de Escolas de Briteiros, Guimarães
344175	Escola Básica de Leça do Balio, Matosinhos	151403	Agrupamento de Escolas de Padrão da Légua, Matosinhos
345192	Escola Básica de Pegões, Canha e Santo Isidro, Montijo	170100	Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro, Montijo
343225	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso	152304	Agrupamento de Escolas de São Martinho, Santo Tirso
243097	Escola Básica do Parque Silva Porto, Lisboa	171785	Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos, Lisboa
341289	Escola Básica Dr. Pedro Barbosa, Viana do Castelo	150381	Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo
346202	Escola Básica e Secundária de Barrocelas, Viana do Castelo	152675	Agrupamento de Escolas de Barrocelas, Viana do Castelo
346305	Escola Básica e Secundária de Murça	152778	Agrupamento de Escolas de Murça
346135	Escola Básica e Secundária de São Sebastião, Mértola	135616	Agrupamento de Escolas de Mértola
340571	Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto, Porto	152158	Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, Porto
401717	Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães, Chaves	150230	Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, Chaves
401857	Escola Básica e Secundária Gil Vicente, Lisboa	172339	Agrupamento de Escolas Gil Vicente, Lisboa
330073	Escola Básica Gualdim Pais, Pombal	160374	Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, Pombal
330085	Escola Básica Infante D. Pedro, Penela	160234	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, Penela

ESCOLA		AGRUPAMENTO	
CÓDIGO ME	NOME	CÓDIGO ME	NOME
341137	Escola Básica Dr. Correia Mateus, Leiria	161627	Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus, Leiria
342385	Escola Básica João da Rosa, Olhão	145221	Agrupamento de Escolas João da Rosa, Olhão
400002	Escola Secundária Alves Martins, Viseu	---	
346202	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real	---	
404597	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso	151130	Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Santo Tirso
402606	Escola Secundária da Quinta do Marquês, Oeiras	---	
403799	Escola Secundária de Barcelos	150927	Agrupamento de Escolas de Barcelos
403490	Escola Secundária de Camarate, Loures	---	
401869	Escola Secundária de Gondomar	151993	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar
402552	Escola Secundária de Porto de Mós	160672	Agrupamento de Escolas de Porto de Mós
403611	Escola Secundária de Sabugal	161548	Agrupamento de Escolas de Sabugal
402722	Escola Secundária de Sampaio, Sesimbra	170914	Agrupamento de Escolas de Sampaio, Sesimbra
401390	Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo, Loures	171128	Agrupamento de Escolas 4 de Outubro, Loures
401511	Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, Peso da Régua	152780	Agrupamento de Escolas Dr. João Araújo Correia, Peso da Régua
401523	Escola Secundária Dr. João Lopes de Moraes, Mortágua	161743	Agrupamento de Escolas de Mortágua
401018	Escola Secundária du Bocage, Setúbal	---	
400245	Escola Secundária Homem Cristo, Aveiro	160933	Agrupamento de Escolas de Aveiro, Aveiro
401997	Escola Secundária José Régio, Vila do Conde	---	
403192	Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines	---	
400476	Escola Secundária Tomás Cabreira, Faro	145397	Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira, Faro

NOME	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO		
	NÚMERO	DATA	ENTIDADE
Colégio Colibri	426	07/03/1994	DEB
Colégio D. Duarte	1849	12/07/1968	ISEP
Colégio de Lourdes	600	10/10/1941	MEN
Colégio de S. José, Ramalhão	694	24/09/1942	IGEP
Colégio de Santa Doroteia	0249	18/02/1937	IGEP
Colégio de São João de Bairros	DREN/217	17/10/2008	DREN
Colégio João de Barros	378	06/10/1992	DGEBS
Colégio Planalto	2296	11/06/1981	DGEPC
Colégio Rainha D. Leonor	09.0177/DRELV	27/03/2009	DRELV
Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca, Cerdeira	1214	29/07/1952	ISEP
Externato das Escravas do Sagrado Coração de Jesus	1112	19/05/1951	MEN
Externato Liceal da Casa de São Vicente de Paulo	1332	19/11/1953	ISEP
Jardim Escola João de Deus Coimbra 2	28	28/03/1985	DGEPC
Salesianos do Porto - Colégio	1173	22/12/1951	ISEP
St. Peter's International School	02.0057/DREL	15/03/2007	DRELV